

INFORMAÇÃO, ESPAÇO E PODER
um relatório enviado ao regente D. Pedro
(circa 1441)*

por
Carlos Guilherme Riley**

Apresentação

Há cerca de seis anos, num colóquio realizado em Lisboa, o hispanista inglês Harold Livermore apresentou uma comunicação ¹ em que pela primeira vez tornava público parte do documento cujo estudo hoje aqui retomo.

Trata-se da “Copia antiga de uma carta que ao Infante D.Pedro, Duque de Coimbra, mandou o Conde de Abranches estando em Castela”

* Comunicação apresentada às III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval, Sevilha, 25 Nov.-1 Dez. 1991.

** Departamento de História, F. C. S., Universidade dos Açores.

¹ Harold Livermore, “O Infante D.Pedro e os Infantes de Aragão”, in *Actas das Jornadas de Historia Medieval. 1383-1385 e a Crise Geral dos séculos XIV-XV*, Lisboa, 1985, pp.165-170. Queria aproveitar para agradecer publicamente ao Prof. Livermore o envio da cópia do documento que está na base deste estudo. Infelizmente o Prof. Livermore já não pertence ao mundo dos vivos e, portanto, de nada servirão estas palavras de agradecimento, que apenas aqui mantenho como forma de homenagem à generosidade do finado e, *last but not the least*, para vincar igualmente os proverbiais hiatos académicos entre a produção e a publicação científica.

² London, The British Library, *Col. Additional-MS.20958*, fls. 10-13. O documento, de três fólios, é uma cópia com letra do século XV. Encontra-se inserido num códice miscelâneo de 262 fls., contendo originais e cópias dos séculos XV-XVIII, que pertenceu à Biblioteca de Lord Charles Stuart de Rothesay. Veja-se Conde de Tovar, *Catálogo dos manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, 1932, p.139. Ao sumariar o documento, o Conde de Tovar leu, erradamente, Conde de Abrantes, em vez de Conde de Avranches.

2. O texto é, em síntese, um documento que capta de forma singular o clima de tensão política existente entre Portugal e Castela no período inicial da regência do Infante D.Pedro, ou seja, quando junto do rei Juan II se multiplicam as pressões dos Infantes de Aragão no sentido de uma intervenção militar que reconduzisse a rainha D.Leonor, entretanto exilada em Castela, à regência de Portugal.

Quando Harold Livermore divulgou esta carta, a sua intenção não foi certamente a de dissecar o documento em profundidade, mas apenas (o que, bem entendido, já não é pouco) expôr parte substancial do seu conteúdo e enquadrar os acontecimentos aí relatados na conjuntura política da época. Tratava-se, portanto, da apresentação de um documento que, aliás, não foi transcrito na íntegra para publicação nas Actas do Colóquio.

Creio ser oportuno retomar agora a sua abordagem e publicá-lo no âmbito deste Congresso Luso-Espanhol, por duas razões fundamentais:

1. O conteúdo do documento adapta-se bem ao tema desta secção, quer pelo seu carácter eminentemente político, quer pela sua dimensão peninsular.

2. A abundância de informações que contém acerca da situação política após os acontecimentos ocorridos no Verão de 1441 em Medina del Campo, bem como sobre as movimentações e alianças senhoriais que se sucedem ao “apoderamento” de Juan II pelos Infantes de Aragão, tornam-no um documento de potencial interesse para os colegas espanhóis e em particular para os que estudam a “nobreza trastamarista” e os “bandos nobiliarios” em Castela no século XV.

Abstraindo a audiência espanhola e independentemente dos acontecimentos nele descritos, o documento vale também pela sua própria natureza. Recordo tratar-se de uma carta, escrita em local e data indeterminados, que faz parte de uma série mais vasta de correspondência trocada entre o Infante D.Pedro e o seu presumível informador, Alvaro Vaz de Almada, num período de particular crispação político-militar em Portugal face à ameaça de uma invasão vinda de Castela. Não hesito em caracterizar esta carta como um texto de singular interesse e importância para o estudo da espionagem no período medieval, tema cujas evidentes articulações com o domínio da História Política e Militar está ainda em

grande parte por trabalhar ³ .

Por outro lado, o referido texto é também de indiscutível interesse para a caracterização das tensões políticas à altura existentes em Portugal, designadamente no que respeita à sua distribuição no espaço e às relações entre o poder central e determinados sectores da nobreza beirã e transmontana, cuja implantação regional em zonas raianas lhe emprestam um protagonismo político da maior importância nesta conjuntura. Aliás, é notável a riqueza de informações contidas na carta acerca da raia lusocastelhana, o que a transforma num documento do maior interesse para o estudo da fronteira enquanto periferia política e militar do exercício do poder central.

A conjuntura política (1439-1442)

Quer as relações lusocastelhanas na primeira metade do século XV, quer o período da Regência do Infante D. Pedro em Portugal (1439-1448) e as suas incidências políticas em Aragão são temas e períodos cronológicos que já se encontram estudados em profundidade por Luis Suarez Fernandez ⁴, Humberto Baquero Moreno ⁵ e Luis Adão da Fonseca ⁶, para só referir os trabalhos de maior substância no respeitante ao enquadramento da conjuntura política que aqui irei abordar.

As balizas cronológicas, 1439-1442, definem a meu ver um período de acentuados sobressaltos políticos em Portugal e Castela, tanto em termos internos como externos, que conduzem os dois reinos a uma situação

³ Veja-se Christopher Allmand e J.R. Alban, "Spies and Spying in the Fourteenth Century", in *War Literature and Politics in the Late Middle Ages* (ed. by C.T. Allmand), Liverpool, 1976, pp.73-101.

⁴ Luis Suarez Fernandez, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique. 1393-1460*, Madrid, 1960; "Los Trastámaras de Castilla y Aragon en el siglo XV (1407-1474)", in *Historia de España* (dir. de R. Menendez Pidal), tomo XV, 2ª ed., Madrid, 1970, pp.3-321.

⁵ A Humberto Baquero Moreno é devida uma vasta bibliografia sobre a regência do Infante D. Pedro, da qual destacamos apenas dois estudos basilares; "Itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)", in *Revista de Ciências do Homem, Lourenço Marques*, vol.I, nº1, 1968, pp. 1-168; *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Coimbra, 1980.

⁶ Luis Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Lisboa, 1982.

bastante tensa de guerra iminente. Esta conjuntura é marcada, em Portugal, pela abertura de uma crise em torno da transmissão do poder após a morte do rei D.Duarte em 1438. O monarca português, nas suas disposições testamentárias, deixa à mulher a regência do reino e a tutela dos herdeiros da coroa. Acontece ser a viúva, rainha D.Leonor, filha de D.Fernando de Antequera. Por outras palavras, nos termos do regimento de governação legado pelo rei D.Duarte, os Trâstamaras de Aragão dispunham agora de um acréscimo de influência política em todos os tronos da Península; Aragão e Navarra seguros, as regências de Castela e Portugal ao alcance, os descendentes de D.Fernando de Antequera podem legitimamente sonhar com a quimera da hegemonia ibérica. Nunca a conseguirão realizar.

Em parte, pode-se dizer que o desmoronamento desse projecto hegemónico começou em Portugal com a oposição, logo manifestada nas Cortes de Torres Novas em 1438⁷, à regência *in solidum* de D.Leonor de Aragão. De imediato, uma nítida corrente de opinião se desenha no sentido de atribuir aos irmãos mais velhos do rei D.Duarte, Infantes D.Pedro e D.Henrique, uma maior participação na regência. Eram eles afinal, dada a menoridade do herdeiro da coroa, quem melhor representava por varonia a casa real portuguesa. Pouco depois, as posições radicalizam-se mais e nas Cortes de Lisboa de 1439, que são o garante constitucional de uma subversão do regime (tal como tinha sido aprovado nas Cortes anteriores), assiste-se ao “pronunciamento patriótico e masculino contra a regente-mulher-estrangeira”⁸, que entrega ao Infante D.Pedro a regência por inteiro, bem como a tutela do rei menino.

O início da regência do Infante D.Pedro em Portugal, e o consequente afastamento da rainha D.Leonor em manifesto desrespeito do estipulado por D.Duarte, determinarão desde logo reacções de protesto e oposição, quer dentro do próprio reino (onde um sector da nobreza, de que se destacam o Conde de Barcelos e o Marechal do reino⁹, se recusa a comparecer às

⁷ Sobre as Cortes de Torres Novas em 1438, e Lisboa em 1439, veja-se Armindo Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto, 1990 (em especial o vol. I, pp. 351-360).

⁸ Idem, *Ibid.*, p.356.

⁹ Sobre o papel do Marechal Vasco Fernandes Coutinho na conjuntura política em análise e sua respectiva biografia, veja-se H. Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol.I, pp.3-65 e vol.II, pp. 792-95.

Cortes de Lisboa que legitimam a tomada de poder de D.Pedro), quer em Castela (onde os Infantes de Aragão começam a tomar um ascendente sobre D.Alvaro de Luna junto do rei D.Juan II) e Aragão ¹⁰.

Ao longo do ano de 1440, a estabilidade do poder político em Portugal torna-se cada vez mais precária, multiplicando-se as embaixadas do rei D. Afonso V de Aragão, cuja intensa actividade diplomática não conseguirá estabelecer a concórdia entre as facções opostas ¹¹. Em Maio, ao abrir a estação da guerra, temendo uma intervenção militar vinda dos apoiantes de D.Leonor em Castela, o Infante D.Pedro nomeia como fronteiros mores das comarcas raianas os seus irmãos D.Afonso, D.Henrique e D.João ¹². O Verão, contudo, decorrerá de forma calma, para depois a situação se agudizar irreversivelmente a partir de finais de Outubro, quando D.Leonor sai de Almeirim em direção às terras do Prior do Crato no Alto Alentejo ¹³. Implantada numa região fronteiriça e tendo assim assegurado o acesso a Castela, onde nenhuma oposição se levantava às suas movimentações, D.Leonor poderia com facilidade atravessar o Tejo e entrar de novo em Portugal pelo norte, com o apoio de Vasco Fernandes Coutinho e Alvaro Pires de Távora, dois poderosos senhores da Beira e Trás-os-Montes ¹⁴.

Quero desde já chamar a atenção para o enquadramento espacial desta conjuntura política, em que sobressai a importância das zonas raianas

¹⁰ Cf. Luis Suarez Fernandez, *Relaciones entre ...*, p.53

¹¹ Veja-se Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...*, tomo I, Paris, 1842, pp. 326-27 e, sobretudo, a diversa documentação respeitante a estas embaixadas publicada na *Monumenta Henricina*, vol.VII, Coimbra, 1965, pp. 61-70, 166-170 e 193-199.

¹² Ao Conde de Barcelos, D.Afonso, cabe zelar pelas fronteiras das comarcas de Entre-Douro e Minho e Trás-os Montes, ao Infante D.Henrique, Duque de Viseu, as da comarca da Beira e finalmente ao Infante D.João, Condestável do reino e Governador do Mestrado de Santiago, as de Entre-Tejo-e-Odiana. Não deixa de ser significativo assinalar que esta distribuição regional das frontarias corresponde à distribuição geográfica do património senhorial dos respectivos fronteiros. As cartas de nomeação são todas datadas de Santarém, 9 de Março de 1440. Cf. *Monumenta Henricina*, VII, pp. 105-108.

¹³ Cf. a carta do Infante D.Pedro à Câmara de Coimbra, datada de 1 de Novembro de 1440, *Ibid.*, doc. nº113, pp. 180-83.

¹⁴ Veja-se Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey Dom Afonso V*, in *Collecção de Livros Ineditos de Hitoria Portugueza*, tomo I, Lisboa, 1790, pp.300-303.

a norte e sul da Cordilheira Central, não apenas enquanto fronteiras no sentido militar do termo ¹⁵, mas também como enclaves e corredores de comunicação entre dois reinos cuja fronteira política estava longe de ser linear ¹⁶.

Desde inícios de Dezembro, que o Infante D.Pedro se prepara para a guerra na fronteira alentejana, reunindo forças em Coimbra e Lisboa. Não era caso para menos. Entrincheirada no castelo do Crato, D.Leonor poderia transformar esta região numa testa de ponte para futuras incursões castelhanas em território português. Se tivermos ainda em consideração o encastelamento dos Infantes de Aragão na Extremadura junto à fronteira portuguesa, sobretudo a influência de D.Henrique nas terras do Mestrado de Santiago ¹⁷, torna-se óbvia a razão pela qual o Infante D.Pedro leva a cabo a campanha militar do Alentejo, que dura aproximadamente um mês, entre Dezembro de 1440 e Janeiro de 1441 ¹⁸. Nela são tomados os castelos do Crato, pelo próprio Regente, da Amieira, por Alvaro Vaz de Almada, de Belver, por Lopo de Almeida ¹⁹, e forçada a fuga de D.Leonor e seus partidários para Castela, que se refugiam de imediato em Albuquerque. Faltou à rainha de Portugal o apoio militar dos Infantes de Aragão nesse momento decisivo e apenas Afonso Enriquez, a troco de pagamento, leva

¹⁵ Veja-se o clássico artigo de Lucien Febvre, “Frontière: le mot et la notion”, in *Pour une Histoire à part entière*, Paris, 2ª ed., 1982, pp. 11-24. Sobre o sentido de fronteira no português medieval, veja-se Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vol. II, Porto, 3ª ed., 1966, p. 287.

¹⁶ O caso das regiões raianas da Beira e Trás-os-Montes, na conjuntura aqui analisada, parece-me estar bem retratado nesta caracterização de Paul Claval acerca das fronteiras medievais: “La structure politique oppose donc des terres fidèles et des terres d’insoumission: l’espace est totalement occupé, les frontières désertes ont disparu, mais il n’y a pas encore de limites linéaires bien marquées; entre deux formations politiques se développent des marches séparantes qui reconnaissent tantôt l’un, tantôt l’autre des pouvoirs et réussissent souvent à échapper à l’autorité des deux”. Cf. “L’Étude des Frontières et la Géographie Politique”, in *Cahiers de Géographie de Québec*, vol.18, nº43, 1974, pp. 13-14. Veja-se, ainda, no campo da historiografia portuguesa, o estudo de Rita Costa Gomes, “Sobre as Fronteiras Medievais: a Beira”, in *Revista de História Económica e Social*, nº21, 1987, pp. 57-61.

¹⁷ Cf. Luis Suarez Fernandez, *Relaciones ...*, p. 48 e Ruy de Pina, *ob.cit.*, Cap. 60, p. 303.

¹⁸ Para uma cronologia mais precisa da campanha, veja-se Humberto Baquero Moreno, *Itinerários...*, pp. 9-10.

¹⁹ Veja-se Ruy de Pina, *ob.cit.*, Caps. 70-71, pp. 316-319.

a cabo com a sua hoste alguns ataques no Alto Alentejo, designadamente em Alter do Chão ²⁰.

Nessa mesma ocasião, a 4 de Janeiro de 1441, o Infante D. Henrique encontrava-se em Toledo, preparando-se para atacar D. Alvaro de Luna em Escalona ou Illescas. O recrudescimento da guerra civil no vizinho reino de Castela, bem como o intenso protagonismo dos Infantes de Aragão na formação de uma liga nobiliária antilunista, desviam as suas prioridades políticas e efectivos militares para longe de um apoio activo imediato à irmã em Portugal ²¹. Resta a D. Leonor esperar uma manifestação de solidariedade da parte do Conde de Barcelos e dos restantes fidalgos da Beira e Alto Douro que com ele mantinham uma aliança pró-aragonesa ²².

Geograficamente, a fronteira desloca-se então para a região da Beira e Alto Douro. Num certo sentido, o itinerário do regente D. Pedro entre Janeiro e Abril de 1441, que sai do Alto Alentejo por Abrantes, para depois partir de Coimbra em direcção a Viseu e Lamego, assinala a continuidade de uma campanha militar que, iniciada a sul do Tejo, se prolonga depois a norte da cordilheira central, junto ao Douro. Este movimento de D. Pedro corresponde, de alguma forma, à deslocação de D. Leonor para a zona da Extremadura leonesa, onde possuía, aliás, o senhorio de San Felice de los Gallegos, fortaleza fronteira a Castelo Rodrigo em Portugal ²³, bem como Tiedra e Ureña, sobre a estrada entre Tordesilhas e Bragança ²⁴.

²⁰ A 27 de Janeiro de 1441, o Regente D. Pedro concede privilégios à viúva de um morador de Alter do Chão, Afonso Vicente Coletes, que "morreo em nosso serviço, na peleja que os moradores dhi ouverom com Afonso Anriques". Cf. *Monumenta Henricina*, vol. VII, doc. n.º 135, pp. 206-207. Ainda relacionados com esta expedição militar no Alto Alentejo, vejam-se *Ibid.*, vol. VIII, docs. n.º 6 e 8, pp. 19-20 e 22-23.

²¹ Veja-se Luis Suarez Fernandez, *Los Trastamaras de Castilla...*, pp. 160-63.

²² Relativamente aos principais membros desta aliança em que, além de Álvaro Pires de Távora e do Conde de Barcelos, pontificavam elementos da nobreza regional beirã, como os Coutinhos, Cunhas e Gouveias, veja-se Ruy de Pina, *ob.cit.*, Cap. 61, p. 304.

²³ Doação da rainha de Aragão, D. Leonor, datada de Medina del Campo, 7 de Abril de 1434. Documento sumariado e publicado nas *Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VII, Lisboa, 1968, pp. 479-83.

²⁴ Doação do rei D. Afonso V de Aragão, datada de 22 de Julho de 1440. Cf., *Ibid.*, vol. IV, Lisboa, 1964, pp. 238-43. Veja-se ainda a respeito destas doações H. Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol I, p. 165 (n.57).

Temendo a presença da sua cunhada junto a uma região fronteiriça onde contava com importantes apoios da nobreza local, o Regente D. Pedro vê-se obrigado a fazer uma demonstração de força no próprio terreno onde a coesão político-militar do reino ameaçava abrir fissuras. Menos de um mês decorrido sobre a tomada do Crato, encontra-se com a sua hoste em Lamego a 13 de Fevereiro. Acompanha-o o Infante D. Henrique, Duque de Viseu e fronteiro-mor da Beira, com os respectivos homens de armas. Iniciam a construção da barca do Douro ²⁵, numa manifestação clara de que se dispunham a atravessar o rio entrando em corregimento de guerra nas terras do Conde de Barcelos. Durante cerca de um mês, enquanto duram estes preparativos, Lamego e o seu termo sofreram os danos e malfetorias realizados pelos homens da hoste do Regente ²⁶. Tratava-se, portanto, de uma expedição guerreira e punitiva do poder monárquico às periferias geográficas e políticas do reino; forma clássica e eficiente de exhibir a soberania, em que a presença daquele que personifica o poder é, simultaneamente, intervenção governativa e apropriação do território²⁷. Numa primeira fase, nos finais de Fevereiro, já os fidalgos mais proeminentes da região que se encontrava ocupada, tais como o Marechal Vasco Fernandes Coutinho e Álvaro Pires de Távora, tinham abandonado a aliança pró-aragonesa com o Conde de Barcelos. A 12 de Março, o Regente escreve de Lamego à Câmara de Lisboa, anunciando que havia

²⁵ Na carta de quitação a João Lourenço da Seara, recebedor do pedido colectado na cidade e almoxarifado de Lamego, faz-se menção da quantia de 1.570 reais brancos que este deu a Nuno Gonçalves Homem para “pregadura e cordas e jornaes de carpinteiros que fizeram a barca no Douro”. Cf. *Monumenta Henricina*, vol. VII, Doc. nº213, pp. 306-308. A passagem do Douro não se encontrava assegurada por nenhuma ponte, muito embora já D. Afonso I de Portugal no seu testamento houvesse deixado ao Abade de São João de Tarouca 3.000 maravedis para a construção dessa obra, que nunca se veio a realizar. Cf. José da Cunha Saraiva, “Uma nota sobre o testamento de D. Afonso I”, in *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. I, pp. 47-60. Refira-se, aliás, que parte significativa dessa região junto a Lamego era dominada pelos Coutinhos, que possuíam direitos sobre as Barcas da Régua e Moledo. Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fl. 147, Livro 2, fl. 20.

²⁶ Nos capítulos especiais que os procuradores da cidade de Lamego apresentam nas cortes de Torres Vedras em 1441, pode-se ler que “o rregente esteve em esta cidade com toda ssua hoste, (e) se fizeram muytos danyficamentos e malfeytorias aas pessoas da dicta çidade e termos della”. Cf. *Monumenta Henricina*, vol. VII, Doc. nº161, pp. 244-45.

²⁷ Acerca das íntimas relações entre as viagens do soberano e o controle político do espaço, vejam-se as interessantes perspectivas lançadas por Jacques Revel em, “Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX”, in *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, s.d.(1990), pp. 103-111.

chegado a concórdia com o seu irmão, Conde de Barcelos, tendo o Infante D. Henrique desempenhado um papel fundamental no bom êxito das conversações. Em rigor, não assistimos a uma vitória da diplomacia. Os encontros do Duque de Viseu com o Conde de Barcelos no mosteiro de São João de Tarouca, esses sim, são uma vitória da dinâmica de guerra que dissuadiu a nobreza regional nortenha de fazer frente ao poder monárquico legitimado pelas Cortes do reino.

Assegurada a coesão interna, o Infante D. Pedro teme, contudo, o desfecho dos conflitos na vizinha Castela e a pressão do partido aragonês junto de Juan II no sentido de intervir em Portugal, militarmente se necessário, para que D. Leonor fosse reposta no poder. Após os turbulentos episódios de Medina del Campo, em Junho de 1441, que dão origem à célebre sentença de Medina, publicada a 10 de Julho, a ameaça de uma intervenção dos aragoneses sobre Portugal torna-se cada vez maior. Documento político de grande importância que reflecte a fragilidade de uma oligarquia nobiliárquica sem objectivos programáticos bem definidos, a sentença de Medina del Campo divide-se em quatro pontos fundamentais, sendo um deles o compromisso oficial de que Castela pugnaria pelo restabelecimento da dignidade e poder da rainha D. Leonor em Portugal ²⁸.

A influência dos Infantes de Aragão no novo Conselho Real de Castela, de que se encontravam agora afastados D. Alvaro de Luna e os seus apoiantes, marca uma viragem sensível nas relações entre os dois reinos, dando lugar a um clima de tensão política que se prolonga desde o verão de 1441 até às cortes de Valladolid em Maio de 1442. Logo após a sentença de Medina, o regente D. Pedro encontra-se na Covilhã reunido com seus irmãos e grandes do reino, onde toma a decisão de enviar uma hoste portuguesa a Castela, comandada pelo Alferes-mor D. Duarte de Meneses, correspondendo assim ao pedido de socorro feito pelo Mestre de Alcântara ²⁹. Embora os pedidos

²⁸ Publicada em Fernan Pérez de Guzman, *Crónica del serenissimo Principe Don Juan, segundo Rey deste nombre en Castilla y en Leon*, Madrid, 1953, (año 35, cap. XXX), pp. 587-606. Veja-se também Luis Suarez Fernandez, *Los Trastamaras ..*, pp. 171-173.

²⁹ Sobre esta operação militar, bem como sobre as tensões políticas entre Portugal e Castela, veja-se o importante e pouco referido testemunho de Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, (ed. de Larry King), Lisboa, 1978, caps. XXV e XXVI, pp. 108-114. Em complemento, consulte-se o estudo de Humberto Baquero Moreno, "A expedição enviada pelo Infante D. Pedro ao reino de Castela em 1441", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. V, 1972, pp. 59-79.

para esta expedição tivessem sido lançados na comarca da Beira em finais de Julho, designadamente sobre as comunas de judeus da Guarda, Trancoso e Pinhel, e ao que tudo indica ela daí tivesse partido ³⁰, dirige-se depois para o sul da Extremadura espanhola em direção aos castelos de Magacela, Bemquerencia e Zalamea de la Serena, atravessando, portanto, as terras do Mestrado de Santiago em andamento de guerra. Esta incursão terá ocorrido em Agosto e contribuiu para o agravamento da crispação entre os dois reinos, pois a 20 de Setembro de 1441 uma carta de D.Juan II faz referência ao sucedido e exorta os seus vassallos a prepararem-se para a guerra ³¹.

A partir de então, sucedem-se as embaixadas de Castela a Portugal. A intensificação da pressão diplomática, bem como os pedidos feitos nas Cortes de Toro e Évora, logo nos inícios de 1442, são um indício claro de que ambos os reinos se preparavam para a guerra ³². É precisamente neste contexto, ou seja, entre Setembro e Dezembro de 1441, que penso dever situar-se a redacção do relatório enviado ao Infante D.Pedro. As

³⁰ Uma carta régia datada de Lisboa, 27 de Junho de 1443, refere que estando o Infante D.Pedro na Covilhã em 1441, “mandou a Gonçalo Anes, que foy nosso almoxarife da Guarda, que ouvese emprestados quarenta mil rreaaes brancos... e que os entregasse a dom Duarte de Meneses, nosso alferrez mor e do nosso consselho, pera ssua despessa e das jentes que leuaua quando foy Alcantara por nosso seruiço”. Cf. *Monumenta Henricina*, vol. VIII, doc. nº48, pp. 84-86.

³¹ Nesta carta, escrita de Burgos, D.Juan II alerta todos os seus vassallos para a quebra das tréguas por parte dos portugueses, que “han entrado en mis regnos por diversas vezes con gente de armas.. follando mi tierra e matando e prendiendo.. e tomando e robando bestias e ganados e bienes de mis subditos”, e anuncia que “al presente yo enbio mis enbaxadores e requisiciones sobre ello al dicho rey e regno de Portugal”. No entanto, recomenda que “estedes todos apercebidos con vuestros cavallos e armas”. Este importante documento sobre o clima de guerra então existente, foi publicado por L. Suarez Fernandez, *Relaciones...*, doc. nº 66, pp. 274-75.

³² Sobre as Cortes de Toro, iniciadas em Janeiro de 1442 e depois prosseguidas nas de Valladolid a partir de Maio do mesmo ano, vejam-se L. Suarez Fernandez, *Los Trastamaras...*, p.172 e D.Manuel Colmeiro em *Cortes de los Antiguos Reinos de Léon y Castilla, Introducción*, Madrid, 1883, p.492. Não conheço qualquer documentação emanada destas Cortes. Segundo Suarez Fernandez, a convocatória deve-se aos Infantes de Aragão, que aí procurariam, mais do que financiamentos, o instrumento de legitimação política para transformarem uma querela familiar num conflito armado internacional (Cf. *Relaciones...*, p.55). Quanto às Cortes de Évora, que decorrem quase simultaneamente com as de Toro, entre 25 de Janeiro e 19 de Fevereiro, o seu principal objectivo foi o de decidir “sobre a guerra ou a paz” com Castela. Acerca desta assembleia veja-se, por todos, Armindo Sousa, *ob.cit.*, vol. I, pp. 362-364.

informações contidas no documento, em grande parte referentes às movimentações, conflitos e alianças entre os diversos bandos nobiliários do reino vizinho, são a prova de que os destinos políticos de Portugal e Castela eram, mais do que nunca, intercomunicantes.

O documento: algumas linhas de leitura

É tempo de falar do documento, cuja autoria, local e data, não estão determinados com segurança. A prudência aconselharia talvez um maior rigor heurístico na apreciação deste texto antes de o apresentar à comunidade científica. Assim, há um par de reservas que penso deverem ser colocadas, a primeira das quais respeita à autoria do documento, que é atribuída ao Conde de Avranches, D. Álvaro Vaz de Almada ³³.

Atribuída, repito, porque nada no documento nos autoriza a determinar com segurança a identidade do informador. Contudo, em letra diferente da do corpo do texto, um anotador, provavelmente no século XVII, escreveu no início tratar-se o documento de “copia antiga de uma carta que ao Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, mandou o Conde de Avranches estando em Castela”. Nenhum outro dado das fontes coevas,

³³ Alvaro Vaz de Almada era membro da casa do Infante D. Pedro, tendo ambos sido armados cavaleiros por ocasião da tomada de Ceuta em 1415. Pertence a uma destacada família da oligarquia urbana lisboeta, cuja nobilitação está relacionada com o apoio prestado a D. João I nas guerras da independência a partir de 1383-85. É nomeado em 1423, e reconfirmado, dez anos depois, no cargo de capitão-mor da frota real. Em 1439 é eleito Alferes de Lisboa pelo povo da cidade e em 1440 o Regente D. Pedro nomeia-o para o cargo de Alcaide-mor do castelo de Lisboa. Participa na Guerra dos Cem Anos ao serviço da Coroa inglesa, sendo em Agosto de 1445 nomeado cavaleiro da Ordem da Jarreteira, conferindo-lhe, ainda, Henrique VI o título de Conde de Avranches, vila situada no Ducado da Normandia. A sua inquebrantável fidelidade e amizade pelo Infante D. Pedro está bem expressa no pacto de morte com ele celebrado antes da Batalha de Alfarrobeira. A confiança e privança existentes entre ambos, a reputada experiência política e militar de Alvaro Vaz de Almada, bem como as suas relações de parentesco, pelo casamento com D. Isabel da Cunha, com a nobreza beirã e transmontana são tudo elementos que se ajustam à hipótese de ser o Conde de Avranches o autor da carta. Mas isso seria matéria para um outro estudo, que aqui não cabe. Para mais dados biográficos sobre este fidalgo, vejam-se H. Baquero Moreno, *A Batalha ...*, vol. II, pp. 999-1007, e A. Braancamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Lisboa, 1973, pp. 270-273. Sobre o enquadramento social e familiar, vejam-se A.S. Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, pp. 487-89, e Carlos G. Riley, “Da origem inglesa dos Almadás: genealogia de uma ficção linhagística”, in *Arquipélago (ser. História)*, vol. IX, Ponta Delgada, 1989, pp. 153-169.

sejam elas cronísticas ou documentais, ajuda a confirmar ou desmentir esta indicação.

A segunda reserva que coloco prende-se com o local em que, segundo o mesmo anotador, teria sido escrita a carta, algures em Castela. Também não estou certo disso e julgo, aliás, que diversas passagens do texto indiciam, pelo contrário, encontrar-se o informador em Portugal, muito provavelmente na região fronteiriça da Beira e Trás-os-Montes, embora seja evidente o seu recurso a uma rede de informadores em Castela ³⁴.

Deixando em aberto a questão da autoria da carta, procurei sobretudo considerá-la em função do seu destinatário, o Regente D.Pedro, e da conjuntura política que lhe confere sentido. Aí reside, creio eu, o nexu interpretativo mais seguro e estimulante do texto.

Resulta evidente da exposição sobre a conjuntura política que se vivia em Portugal um clima de guerra iminente com Castela, e que existiam no reino focos potenciais de desestabilização interna. Os dados contidos no relatório enviado ao Regente confirmam este quadro, adaptando-se por inteiro ao que Philippe de Mézières, nos finais do século XIV, dizia acerca dos espões e informadores, que considerava particularmente necessários em tempo de guerra, quer para observarem os inimigos e os vassallos de fidelidade duvidosa, quer para fornecerem aos governantes e chefes militares uma leitura actualizada daquilo que se passava nos espaços distantes do poder ³⁵.

É justamente a esse tipo de funções que corresponde a redacção desta carta. Senão vejamos: há, em primeiro lugar, um grande caudal de

³⁴ A parte do relatório relativa aos contactos de Álvaro Pires de Távora com o Infante D.Henrique em Vilarinho, na raia transmontana junto ao seu senhorio de Mogadouro, dá claramente a entender que o redactor da carta se encontrava nessa ocasião em Portugal. Quanto à existência de informadores em Castela, diversas passagens do texto a confirmam, como por exemplo esta: “E por que morrem em benavente, sse partyo a molher do Conde e ssua Jrmãa com o Rey moço pera hum lugar que chamom crasto gonçallo. E o que me trouxe as novas os achou no camjnho vyndo da corte dEl Rey de castella”.

³⁵ Veja-se a sua obra *Le Songe du Vieil Pèlerin* (ed. de G. W. Coopland), 2 vols., Cambridge, 1969. Sobre a relação entre espaço e tempo em matéria de informações ao poder, cf. J.R. Alban e C.T. Allmand, *ob.cit.*, p. 85.

informação sobre o paradeiro, itinerários, conflitos e alianças dos principais protagonistas do processo político em Castela após a sentença de Medina del Campo; de seguida, esclarecem-se suspeitas sobre fidalgos portugueses que se carteavam com a rainha D.Leonor e o Infante D.Henrique em Castela. Ou seja, onde quer que se encontrasse, o Regente D.Pedro obtinha, através de uma rede de informações e servidores estrategicamente disposta no terreno, um ponto da situação credível e actualizado acerca do sucedido fora do reino ou nos seus limites. Controle à distância, portanto. E muito bem documentado neste relatório.

Enquanto se deslocava na região de Coimbra ou, mais provavelmente, quando a partir de Novembro se instalou em Santarém, o Regente recebe pela carta notícias de que as Cortes convocadas para Burgos ainda não se tinham realizado e que os reis de Castela e o príncipe D.Henrique aguardavam, dispersos pelos lugares são próximos da cidade, a chegada do rei de Navarra e outros senhores à comarca, para depois “hiremse a burgos e fazerem cortes o mais asinha que poderem por nom averem destar juntos por fecto da dita pestellença”³⁶. Compreende-se a prioridade dada a esta informação; as referidas cortes, que acabaram por não se realizar em Burgos, iriam servir para financiar, ou sancionar, a execução do último dos pontos da sentença de Medina, reconduzir a irmã dos Infantes de Aragão ao poder, abrindo as hostilidades contra Portugal.

Informações vitais para o responsável pela governação, numa altura em que o Regente recebia embaixadas de Castela com requerimentos a que era necessário dar resposta, mas resposta devidamente ponderada. O próprio relatório fala da passagem desses embaixadores pela Beira e da sua estada em Portugal. Rui de Pina também lhes faz referência, enquadrando-as nos finais de 1441, quando D.Pedro convoca as cortes de Évora para Janeiro do ano seguinte³⁷. Ou seja, quando este se encontrava

³⁶ Provavelmente, foi esse mesmo surto de peste que impediu a realização das cortes em Burgos, transferindo-as para Toro (v.supra, nota 32). Sobre este ponto, que possibilita uma datação razoavelmente precisa do documento analisado, julgo que os colegas espanhóis poderão prestar esclarecimentos complementares do maior valor.

³⁷ Cf. *Crónica...*, caps. 78 e 79, pp. 332-337. Nessa mesma ocasião, o Regente D.Pedro “porque lhe parecia que a guerra se nom poderia escusar... detremynou que os Yfantes... fossem logo aas frontaryas de suas Comarcas, e provessem todallas fortallezas da Raya e

em Santarém, onde provavelmente terá recebido esta carta ³⁸.

Que mais interessaria a D.Pedro saber? Porque, convém esclarecê-lo, o texto aqui analisado responde a uma carta-questionário previamente enviada. O informador confirma, desmente ou corrige as notícias de que dispõe o Regente na sua corte. Muitas delas são distorções propositadas que pretendem lançar suspeitas sobre Vasco Fernandes Coutinho e Alvaro Pires de Távora e alarmar o Regente D.Pedro a respeito da segurança em algumas zonas da fronteira. O informador, revelando nisto intimidade de trato com o Infante D.Pedro, reclama para esses delatores e mentirosos uma punição exemplar, aconselhando-o a seguir o exemplo de seu pai, que ele próprio tinha visto “mandar queimar doois scudeiros por ssemelhante cousa”. Há, portanto, uma rede de informação e contra-informação, na qual o redactor desta carta detém uma posição obviamente importante. Do maior interesse a este respeito, o documento leva-nos de alguma forma aos bastidores do poder, pois trata-se de uma carta ao Regente, e não de uma carta régia. Isto é, a natureza privada e espontânea do documento, em contraste com o discurso público e oficial saído dos escritórios do poder, dá-nos outro ângulo de visão sobre os acontecimentos descritos nas crónicas e documentação régia.

Mas retomemos os boatos. São claros os seus objectivos de criar no Regente um sentimento de insegurança a respeito das fronteiras. Às novas de que se juntavam forças na Galiza e às suspeitas lançadas sobre a nobreza beirã e transmontana, dá o informador resposta, assegurando que os movimentos de gente de armas entre Tui e Salvaterra do Minho se deviam a uma disputa local que envolvia o Conde de Ribadeo ³⁹, e que a presença do Infante D.Henrique de Aragão junto à raia transmontana, onde

as fizessem velar, armar, bastecer, e reparar... e mandassem arredar os gaados e provysoões dos estremos”, *Ibid.*, p. 335.

³⁸ Segundo Baquero Moreno (*Itinerários ...*, p. 12) o Regente encontra-se nessa cidade entre 12 de Novembro e 22 de Janeiro, após o que se desloca até Évora onde iriam ter lugar as cortes. Tenha-se em consideração, contudo, que os itinerários indicados nas cartas régias das Chancelarias nem sempre correspondem aos itinerários reais (Cf. Armindo Sousa, *ob.cit.*, vol. 1, p. 363, n.130.).

³⁹ D.Rodrigo de Villandrando, Conde de Ribadeo desde 1431, foi um famoso capitão de mercenários que actuou na Guerra dos Cem Anos ao serviço da coroa de França. Em 1439, e a pedido de Juan II e D.Álvaro de Luna, vem para Castela onde demonstrará no

tinha ido correr monte a Vilariño, não se devia à cumplicidade que com ele mantinha Álvaro Pires de Távora. Muito pelo contrário. Este fidalgo transmontano, senhor do Mogadouro, Mirandela e Alfândega da Fé ⁴⁰, era o garante da vigilância e defesa dessa fronteira, pois segundo afirma o relator, ele próprio "mandara a alvaro pirez que andasse desta parte per a frontaria, com çertos de cavallo e beesteiros, guardando os portos della, assy como o Infante andasse da outra parte".

Eram também falsas as novas vindas de Freixo (de Espada à Cinta), que diziam ter ido Alvaro Pires a Castela falar com o Infante D. Henrique. Se algo de suspeito se passasse, acrescenta o informador, haveria o Regente de sabê-lo por alguém em Castela, e não pelos moradores de um porto da raia. Por outras palavras, a segurança do território começava para lá dos seus limites, no interior da formação política vizinha. Daí o extenso rol de notícias que esta carta apresenta, designadamente sobre os conflitos e alianças no seio da oligarquia nobiliárquica castelhana, em que assume particular destaque a figura do Conde de Benavente ⁴¹.

O Regente D. Pedro estava obviamente preocupado com os movimentos de D. Afonso Pimentel, um dos mais destacados apoiantes dos Infantes de Aragão que, anos mais tarde, em 1448, quando o rei D. Juan

decurso desse conturbado período político uma inquebrantável fidelidade ao monarca que, em contrapartida, lhe outorga numerosas mercês. Para mais pormenores, veja-se José Manuel Calderón Ortega, "La formación del señorío castellano y el mayorazgo de Rodrigo de Villandrando, Conde de Ribadeo (1439-1448)", in *Anuario de Estudios Medievales*, nº16, pp. 421-447.

⁴⁰ Veja-se a resenha biográfica deste personagem em H. Baquero Moreno, *A Batalha ...*, vol. II, pp. 979-983. Virá a herdar parte dos bens de seu ex-cunhado, Álvaro Vaz de Almada, em 1449, na sequência da Batalha de Alfarrobeira. Foram ambos casados com Leonor e Isabel da Cunha, filhas de D. Alvaro da Cunha, senhor de Pombeiro, representante de uma das mais proeminentes linhagens beirãs que em 1396 se passa para Castela. Veja-se Emilio Mitre Fernandez, "La emigracion de nobles portugueses a Castilla a finel del siglo XIV", in *Hispania*, Madrid, nº104, 1966, pp. 513-525.

⁴¹ Refiro-me ao 3º Conde de Benavente e titular do senhorio entre 1440 e 1461, D. Alfonso Alonso de Pimentel, neto de João Afonso Pimentel, que fez parte do grupo de nobres portugueses exilados em Castela nos finais do século XIV. Veja-se, sobre este fidalgo, Isabel Beceiro Pita, "La Biblioteca del Conde de Benavente a mediados del siglo XV y su relación con las mentalidades y usos nobiliarios de la época", in *En la España Medieval*, nº2, vol. I, 1982, pp. 135-145.

II ataca o condado de Benavente, se irá acolher em Portugal ao castelo de Mogadouro, nas terras senhoriais de Álvaro Pires de Távora ⁴². Durante aproximadamente um ano o Conde de Benavente, com o apoio do rei D.Afonso V, fez dessa região fronteira transmontana, contígua ao seu senhorio, corredor de apoio às operações militares desencadeadas em Castela. Por isso, o monarca português, no início de 1450, o convida a abandonar o reino ⁴³. Entrincheirado na fronteira, D.Alfonso Pimentel era um perturbador da paz entre Portugal e Castela.

Se falo destes acontecimentos posteriores à redação da carta, é para chamar de novo a atenção sobre o problema da nobreza fronteira. O condado de Benavente situava-se junto à raia de Portugal, próximo das terras de Álvaro Pires de Távora e das do Conde de Barcelos. Ora a desenvolver-se uma rede de solidariedades inter-senhoriais dos dois lados da fronteira, poderíamos assistir à formação de um enclave que escapava ao controle do poder central. Após o verão de 1441, esta parecia ser uma situação temida pelo Regente D.Pedro e creio que o relativo destaque que assumem no documento as informações sobre o Conde de Benavente e Alvaro Pires de Távora, bem como as numerosas referências a membros da nobreza galega, devem ser entendidas dentro de um enquadramento espacial da conjuntura política, em que a formação de uma plataforma regional de apoio aos Trastâmaras de Aragão em Leão e na Galiza, e suas possíveis articulações com os fidalgos da Beira e Trás-os-Montes, poderia transformar o norte do reino numa porta de entrada para a rainha D.Leonor.

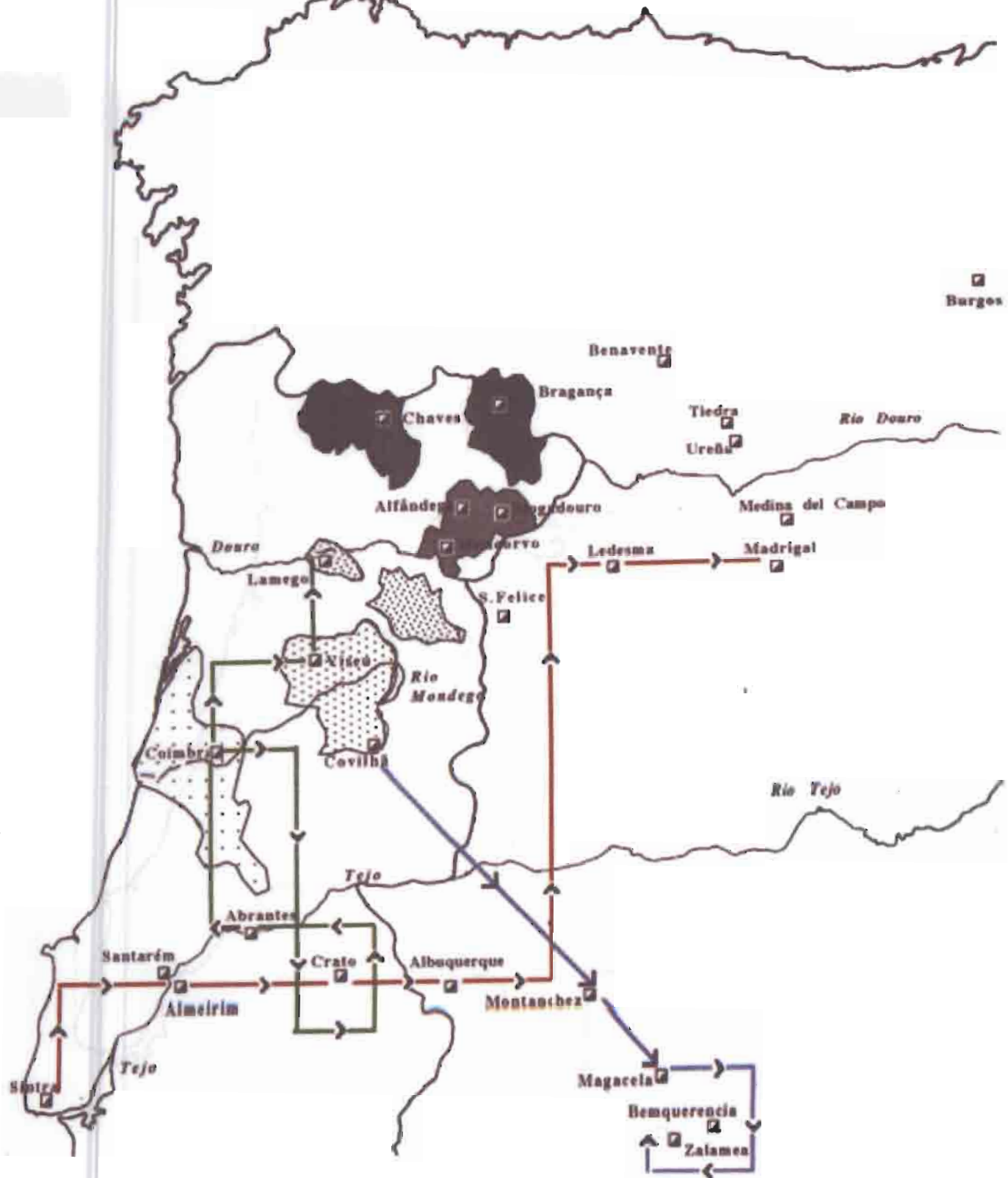
Consultando a projeção cartográfica dos topónimos assinalados no documento, rapidamente nos damos conta de que a maioria dos pontos se situam a norte do rio Douro e/ou em zonas próximas da raia. Este relatório, ainda que não se trate de um mapa, é também um instrumento do poder para o controle do espaço, tendo sido esse o aspecto que aqui pretendi mais valorizar. Muito ficou por dizer e estudar, naturalmente. A riqueza do documento transcende os limites desta comunicação e, sobretudo, as

⁴² Cf. Fernan Perez de Guzmán, *ob.cit.*, año 42, cap. IV(in fine), p. 661.

⁴³ Cf. Isabel Beceiro Pita, "Los Pimentel, Señores de Braganza y Benavente", in *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, vol. III, 1986, p.15, n.44.

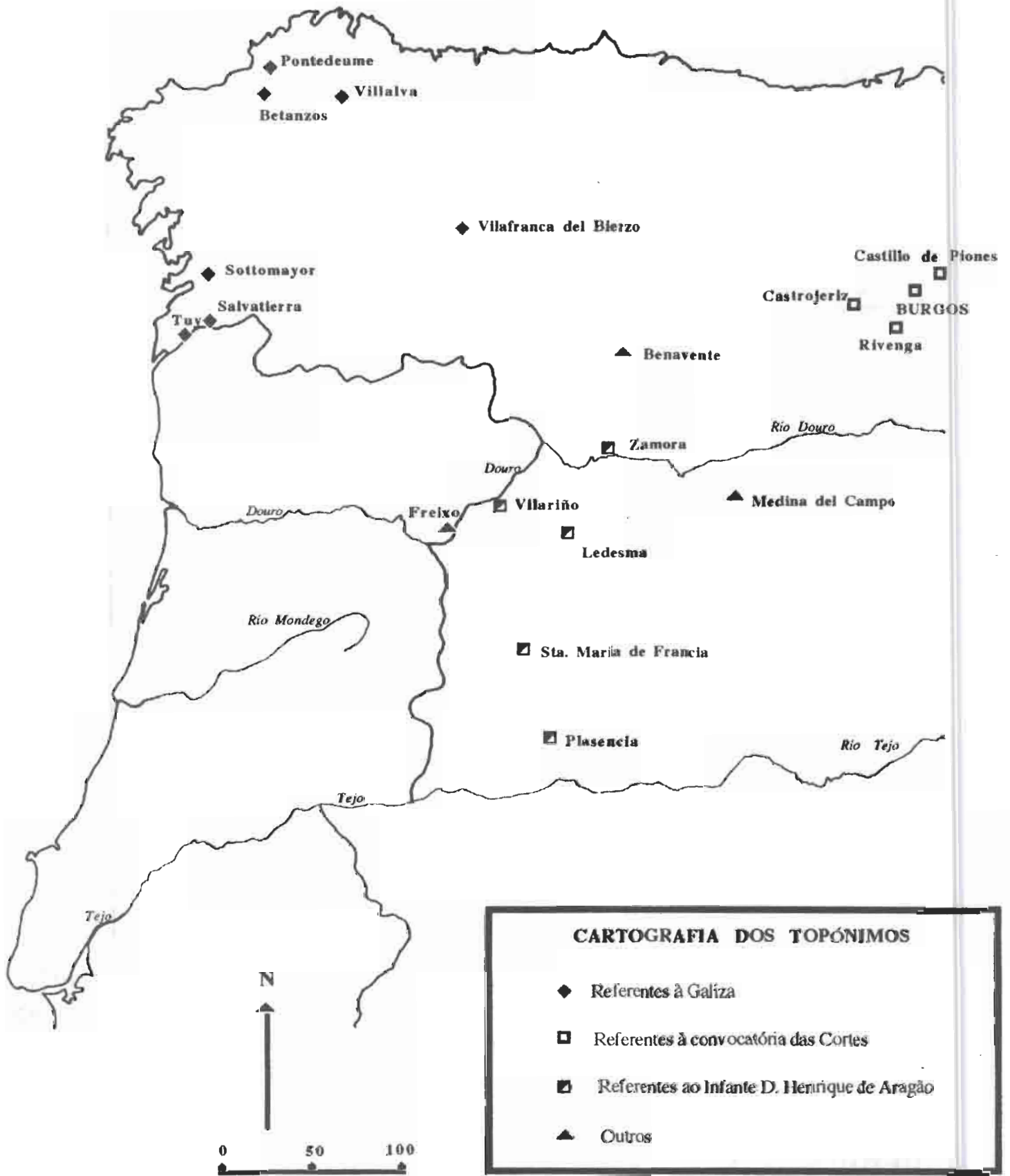
do saber do seu autor, designadamente a respeito da nobreza senhorial castelhana do século XV, que tem em Espanha numerosos e reputados especialistas.

O ideal seria, evidentemente, que o texto fosse trabalhado em conjunto de ambos os lados da fronteira. É, pelo menos, aquilo que a natureza e conteúdo do documento reclamam. Caberá agora a outros prosseguir e melhorar esse estudo.



MAPA DA CONJUNTURA POLÍTICA (1439-41)

Zonamentos Senhoriais	Itinerários
D. Afonso, Conde de Barcelos	Evacuação da Rainha D. Leonor (1440-41)
Álvaro Pires de Távora	Campanha do Regente no Alto Alentejo e Alto Douro (Dez. 1440 - Abr. 1441)
Vasco Fernandes Coutinho	Campanha de Duarte de Bragança em Estremadura (Agosto de 1441)
Infante D. Henrique	
Infante D. Pedro	



Nota explicativa ao Apêndice Cartográfico

Além do apêndice documental, pareceu-me desejável completar a sua leitura, bem como a do texto da comunicação e respectivas notas, com a publicação de dois mapas (que foram, aliás, elaborados posteriormente à realização das Jornadas). O primeiro ilustra a conjuntura política exposta na comunicação sem que, contudo, pretenda cartografar de forma exaustiva todos os acontecimentos aí referidos. O segundo, menos sobrecarregado de informação, é uma simples projecção cartográfica dos topónimos assinalados no relatório-documento, muito embora não os tivesse conseguido localizar a todos.

A execução dos mapas em suporte informático foi algo melindrosa dada a inexistência de uma boa plataforma cartográfica de trabalho. De facto, tive que recorrer a diversas cartas, pois os poucos mapas acessíveis da Península Ibérica são editados a uma escala que suprime muita informação toponímica essencial à investigação histórica. Parece-me, aliás, fundamental dotar os medievalistas portugueses e espanhóis de um Atlas Histórico Peninsular, instrumento de trabalho elementar para quem investiga em âmbitos espaciais relativamente amplos (como sejam a Reconquista e as relações interpeninsulares), sem o que será certamente difícil criar uma historiografia ibérica digna desse nome ¹.

¹ O problema, do lado português, começa logo pela inexistência de um Atlas de História de Portugal, muito embora existam os elementos cartográficos suficientes para o realizar e haja um punhado de trabalhos de Geografia histórica que poderiam inspirar esse projecto (Cf. A.H.O.Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1988, 49-50). Do lado espanhol, o panorama parece-me obviamente menos carenciado e apesar de não possuir elementos suficientes para esboçar qualquer balanço, julgo que o grande "boom" do medievalismo espanhol nas últimas décadas aponta no sentido de uma evidente regionalização historiográfica (Cf. *Studia Historica - Hª Medieval*, 6, 1988), tendência que, independentemente da sua legitimidade e méritos, ainda não deu indicações de romper com o hábito dos medievalistas portugueses e espanhóis delimitarem o quadro espacial dos seus trabalhos em função do constrangimento exercido pela fronteira político-administrativa entre os dois países.

No que respeita à cartografia dos topónimos assinalados no documento, não tive a preocupação de localizar aqueles que aparecem associados a cargos, títulos ou linhagens nobiliárquicas (por ex. Bispo de Mondonhede, Condes de Alva, Stuñiga e Haro, ou ainda Pedro Alvares Osório, senhor de Cabreira). A impossibilidade de aceder a material cartográfico espanhol impediu-me de localizar com precisão topónimos como *Asperelo*, na Galiza (existem pelo menos dois; um na província de Pontevedra, outro na de Orense), *Castro Gonçalo* (município da província de Zamora que não aparece assinalado em nenhuma das cartas que consultei) e *Puente de Fiteiros* (que não associei a *Fiteiros*, na margem ocidental do rio Ebro e já bem próximo de Navarra).

Outras referências toponímicas que não figuravam no mapa base utilizado neste trabalho ², casos de *Rivenga* e *Castillo de Piones*, foram identificadas graças ao recurso a elementos distintos e parcelares de informação cartográfica ³. Por último, queria esclarecer que a localização do conjunto de topónimos *Castro* (Castrojeriz), *S. Maria de Francia* e *Villafranca* (Villafranca del Bierzo), foi por mim presumida a partir do seu enquadramento na lógica espacial dos acontecimentos relatados no próprio documento.

É de relevar, ainda, o facto do relatório nomear um único topónimo português ⁴, *Freixo*, que entendi tratar-se de Freixo de Espada à Cinta ⁵. Toda a restante informação sobre Portugal, designadamente sobre

² Dadas embora as suas óbvias limitações temáticas (centradas sobre a rede de castelos medievais espanhóis) e de escala (1: 2.000.000), vi-me condicionado a utilizar o mapa publicado em extratexto na obra de F. Bordejé (*Castles Itinerary in Castile*, Madrid, 1965), pois não dispunha de melhores elementos cartográficos de conjunto ao meu alcance.

³ No caso vertente, socorri-me da projeção cartográfica dos domínios do Mosteiro de Las Huelgas, publicado por J.P.E. Wamba no seu trabalho sobre “El Cister feminino en Castilla y León. La formación de los dominios, siglos XII-XIII”, in *En la España Medieval*, Madrid, 9 (1986), 761-796.

⁴ Não levo neste caso em consideração topónimos como *Montemor*, *Coimbra*, ou *Manteigas*, porque mencionados a respeito de episódios ocorridos no reinado de D. João I e, portanto, fora do contexto dos acontecimentos descritos no relatório.

⁵ Presumo tratar-se de Freixo-de-Espada-à-Cinta, vila raiana da comarca de Trás-os-Montes, situada junto à entrada do Douro em Portugal, porque quando o texto menciona “os de Freixo”, fá-lo referindo-se a acontecimentos relacionados com as movimentações do Infante D. Henrique de Aragão nessa zona da fronteira e seus eventuais contactos com Alvaro Pires de Távora, que dominava nessa região a norte do Douro.

os territórios raianos, não se traduz em qualquer referência toponímica concreta, antes situando o quadro espacial dos acontecimentos relativamente às zonas de implantação senhorial dos seus respectivos protagonistas (casos do Marechal Vasco Fernandes Coutinho, Álvaro Pires de Távora e Infante D. Henrique, Duque de Viseu), pelo que se torna necessário consultar também o segundo mapa, de forma a ter uma leitura cartográfica satisfatória do documento.

Como já atrás referi, o mapa da conjuntura política reflecte uma projecção selectiva no espaço de alguns dados e acontecimentos relativos aos anos de 1440-41. Qualquer selecção comporta, obviamente, opções de fundo. Uma delas foi a de não cartografar elementos da conjuntura política espanhola, pois isso iria sobrecarregar graficamente o mapa, prejudicando a clareza da sua leitura. A questão nodal de todo este estudo, a configuração espacial do conflito entre o Regente D. Pedro e aqueles que se lhe opõem estribados no partido da rainha D. Leonor e dos Infantes de Aragão, levou-me a destacar os itinerários do Infante D. Pedro e de D. Leonor de Aragão, cujo interrelacionamento espacial é bem visível no mapa, assim como as zonas de implantação senhorial dos apoiantes portugueses do “partido aragonês” junto à fronteira ⁶.

Outros elementos adicionais foram ainda incluídos, tais como o itinerário da campanha militar de D. Duarte de Meneses em socorro de D. Gutierre de Sottomayor ⁷, e o delineamento das zonas senhoriais do Infante

⁶ No caso de D. Afonso, Conde de Barcelos e 1º Duque de Bragança, tive apenas a preocupação de registar no mapa as zonas de implantação senhorial junto à fronteira, ignorando deliberadamente os seus outros senhorios no Entre-Douro-e-Minho, em particular a grande mancha que se estende ao longo do curso do rio Ave, em torno de Guimarães e Barcelos. Servi-me, para o efeito, do mapa nº 4 publicado por M.S.Cunha no seu trabalho, *A Casa de Bragança 1384-1483. Linhagem, Parentesco e Poder*, Évora, 1988. No caso do Marechal Vasco Fernandes Coutinho, socorri-me de uma projecção cartográfica da implantação senhorial dos Coutinhos no Alto Douro e Beira Transmontana, publicada em trabalho meu anterior (Vd., *Os “Doze de Inglaterra”: a Ficção e a Realidade*, Ponta Delgada, 1988, 345).

⁷ Foi-me impossível apurar um traçado mais preciso desta campanha militar. Tanto as fontes documentais como cronísticas, apenas dizem que a expedição foi preparada e decidida na Covilhã, que a reunião da hoste se deu num lugar indeterminado da fronteira, e que esta se dirigiu a Alcântara, atravessando terras do Mestrado de Santiago fiéis ao Infante D. Henrique de Aragão até atingir o seu destino, tendo-se-lhe oposto de permeio alguma resistência em Montanchéz, castelo que pertencia à Ordem de Santiago. Em função destes dados, optei por

D. Pedro (Ducado de Coimbra) e D. Henrique (Ducado de Viseu) ⁸ .

Não posso deixar de esclarecer que o traçado rectilíneo dos itinerários obedece a critérios de estilização gráfica, sendo também em parte condicionado pela falta de dados que me permitissem a sua reconstituição mais detalhada. Por outro lado, a cartografia dos senhorios não deve ser lida como uma projecção rigorosa das suas respectivas áreas de jurisdição (o que implicaria desde logo trabalhar a uma escala diferente da deste mapa), mas antes entendida como ilustração *zonal* da sua implantação e influência territorial. Julgo que apesar de algumas lacunas importantes ⁹ , os objectivos da elaboração deste mapa, enquanto elemento complementar de leitura do(s) texto(s), foram cumpridos no essencial, correspondendo à importância que as coordenadas espaciais ocupam neste estudo.

traçar um itinerário em diagonal, muito embora H. B. Moreno (“A expedição enviada pelo Infante D. Pedro ..”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 5 (1972), 73) levante a hipótese das forças militares terem atravessado a fronteira na região do Sabugal.

⁸ A mancha que corresponde ao Ducado de Coimbra baseia-se num mapa publicado por H. B. Moreno (Vd. “O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra”, in *Revista de História*, 5 (1983-84), 31). A do Ducado de Viseu foi estabelecida a partir do material cartográfico relativo aos bens do Infante D. Henrique na comarca da Beira, publicado no trabalho de João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1991, 98-100.

⁹ Duas das lacunas que gostaria desde já de assumir, prendem-se com a ausência das zonas de implantação senhorial do Mestrado de Santiago e Condado de Benavente junto à fronteira portuguesa. Foi-me, contudo, impossível aceder ao material historiográfico-cartográfico espanhol necessário ao cumprimento desse objectivo. Outra lacuna de menor importância, é o facto de ter ignorado deliberadamente a incursão de Alfonso Enriques no Alto Alentejo, cujo traçado poderia em parte ter reconstituído, mas que, por outro lado, iria congestionar excessivamente a informação gráfica contida nessa parte do mapa.

Copia antiga de hua Carta que ao Infante dom Pedro duque de Coimbra mandou o Conde de Abranches estando em Castela*

Senhor enviastesme certas novas em hum scripto das quaees primeiramente era que El Rey de castella era ¹ em castro e que nom entrava em burgos por que se temiam os Regentes de o Conde de stunega sse levantar com elles

O dicto Senhor he em castilho de pyones aalem de burgos bj legoas e com ell <a Rainha E> o Conde de pharom E nom leixa de vijr a burgos salvo por sse temer de vijr hj pestellença pollo aJuntamento das Jentes por quanto em aquella parte poucos logares ha em que nom mourom E todollos senhores estam espalhados per os logares ssaãos E aguardam que todos os que ssom chamados ssejom naquella comarqua E entom hiremsse a burgos e fazerem cortes o mais asinha que poderem por nom averem destar Juntos por fecto da dicta pestellença

Item o príncipe he aalem da ponte de fiteiros que som bij ou x legoas atraves de burgos

Item dEIRey de navarra nom hey por çerto honde esta sse nom que vaj pera as cortes

Item vos emvjarom mais dizer que o Ifante dom hemrrique foy a santa maria de frança E tomara hj çertos dinheirros E ssua teençam era de hjr sobre prazença e com temor (?) do Meestre sse tornara a ledesma e depois sse foy correr monte a Villarinho E a outros logares acerca da Raya de portugal E que alvaro pirez lhe avia de deitar da outra parte husos e porcos e que sseu monte majs era pera veer que Recado achava em alguuns fidalgos

* Para uma descrição pormenorizada do código, colecção e arquivo em que este documento se encontra depositado, veja-se a nota 2 ao texto da comunicação.

Gostaria ainda de aproveitar a ocasião para agradecer publicamente ao meu colega Dr. Francisco Mendes, a ajuda prestada na revisão final da transcrição paleográfica do documento.

¹ Segue-se, entrelinhada, a palavra “itava” (sic).

de portugal açerca do rrecebimento da Rainha que dandar ao monte e que fossees certo que alvaro pirez lhe fora fallar a castella E que despois o dicto Ifante sse hia a çamora e dhj aa corte dElRej

Senhor este vos nom scripveo verdade salvo que correo monte em villarinho e dhj sse foj a çamora e de çamora a casa dElRej² E Isto poderees veer que nom he verdade o que vos scripveram per os Recados que vos envjey o primeiro ffoy que (fl. 10 vº) mandara a alvoro (sic) pirez que andasse desta parte per a frontaria com çertos de cauallo e beesteiros guardando os portos della assy como o Ifante andasse do (sic) outra parte ssegundo mais perfectamente veriees per a carta que vos enujey aa qual me Respondestes que aviees por bem o por mjm hordenado³ E por jsto creio que pensсарom o que uos envjarom dizer

E ao que vos disserom que alvaro pirez lhe fora fallar a castella poderees veer o contrairo per a outra carta que vos depois scripvj em a qual achariees como o dicto Ifante envjou dizer a alvaro pirez que queria envjar a mym hum scudeiro E alvaro pirez lhe envjou dizer que o nom fezesse que lhe sseeria empachoso de o leixar passar que pois ElRey de castella ca tijnha sseus embaixadores per elles podria aver ssua Reposta E pois ell nom quis consseentir que nenhum do dicto Iffante passasse ca menos he de creer que lhe ouvesse dhjr a ffallar Ca sse lhe fallara melhor lho dissera per palavra que lho envyar dizer per hum monteiro.

E Pareçeme Senhor que sseeria muyto boom quem vos estas cousas diz⁴ e afirma mostrarvos como sabe E sse o achassees por çerto poderiees proçeder com Rigor como entendessees que compria E sse fosse myntira aquelle que a diz mereçia gram pena⁵ e vos deviees lha de dar Ca muyto mal mereçe aquelle que faz estar uosso coraçom duvydoso e he muyto maa de ssoportar aos boos cuydarem que os theem ssempre em sospeita. Se sse faz por <os teer>⁶ ssempre em temor Isto he ja muito pyor de ssoportar que Ja eu vy a ElRej vosso padre mandar queimar doois scudeiros por ssemelhante cousa

² Segue-se uma palavra riscada.

³ Esta última frase é escrita com letra diferente.

⁴ Segue-se palavra riscada.

⁵ Segue-se, entrelinhada, a palavra “mereçia”.

⁶ Segue-se uma palavra riscada.

huum em monte moor por o que dissera de Joham Rodriguez de ssa E o outro em coymbra que era natural de manteigas por cousas que assacara a fernam dalvarez (**fl. 11**) de queirosa E desta guisa çarrariam as bocas a mujtos que as teem abertas por sseus Interesses assacarem grandes mentyras

E Senhor sse vos querees aver novas amehude de castella e çertas os homeens la ham dhir pois sse alguum vir la alguum portuguees de qual quer fidalgo ou cavaleiro envievos logo dizer que nom vay la salvo ⁷ por fallar com aquellaas pessoas que vos avees por ssospeitas E sse Jsto avees por empacho nom tenhaes que avees daver novas de castella amehude nem tam çertas como avees e muy neição sseeria o que quisesse fallar ou mandar fallar com alguma pessoa sospeitosa em desserviço dElRej que fallasse com el de tal guisa que lho ssoubessem os de freixo.⁸ Porem do Iffante nom hej outras novas depois que partio de çamora ssenom que contynuou sseu camjnho e he ja açerca de burgos e nom me disserom o nome do logar

Item vos enviaron dizer que o Conde de benavente era em desaveença com o almirante sseu tyo ssobre fecto das terras de fernam perez dandrade que ElRey dera ao prinçipe E que ouvera maas palavras com o tyo e com elle. E abusom he <de> dizerem que o Conde de benavente averia grossas palavras com o prinçipe e com o almirante E por vos veerdes que o que vos taes novas scripveo nom as ssabia bem o debate foj per sta (sic) guisa fernam perez dandrade era chegado ao Conde de benavente padre deste por o gram dividido que com el tynha <ca> ssua madre <ou avoo> era Jrmaan dEgas coelho aquelle que sse foy de portugal por homjzio o qual era mujto parente de Joham afomso pimentel⁹. E por este divjdo Requeria o Conde por elle o fecto destas terras assy como fezera sseu (**fl. 11 v^o**) padre E agora depois deste fecto de medina rrequereo do prinçipe polla parte do fernam perez com a ajuda do almirante que vesse com ell a algua concordia E ao prinçipe prougue ¹⁰ polla sopricaçom destes que elle leixava a villa de villalva e a das pontes deyme e betanços sobre que a contenda era contanto que o dicto fernam pirez lhe de em ouro tres mjł dobras a tempo certo e L marcos de

⁷ Segue-se, riscado, "com a".

⁸ Segue-se, riscado, "do If".

⁹ Segue-se, riscado, "Irmão".

¹⁰ Segue-se, riscado, "com".

prata e mais ii^cL vassallos a dom fernando de crasto filho de dom afonso que com o dicto príncipe vive E per esta guisa foy o debate çerrado

Item sse contynha mais em vosso scripto que dom Jeronimo filho do Condestabre era entregue ao Conde de benavente e lhe trauctavom casamento com a ffilha do Conde de pharom

Item Ja vos scripvi em çima como era entregue a sseu tyo E por que morrem em benavente sse partyo a molher do Conde e ssua Jrmaõ com o Rey moço pera huum logar que chamom crasto gonçallo E o que me trouxe as novas os achou no camjnho vyndo da corte dElRey de castella E quanto he ao casamento nom o ssabia bem o que vollo scripveo por que o almirante them huum filho e hua filha <espo>sados com outro filho e filha do Conde [de] phasrom (sic) E trautamlhe ora casamento deste moço pera outra filha do dicto almirante

Item Era majs comtheudo no dicto scripto que nos trauctos de medyna ffoy mandado que tornassem salvaterra ao Conde dalva E que o Iffante dom henrique nom lha quiz Restetuyr E que o Conde de pharom them grande escandello por nom entregarem as terras a sseu sobrinho e que tam bem he hua ponta de discordia antre o Ifante e alguuns cavalleiros

Eu nom ssey outra salvaterra salvo esta de Riba de mjnho nem ouvuy dizer que o Conde dalva fosse parente do Conde de pharom quanto he ao de salvaterra ssoyaa de teer fernam anes e depois de ssua morte foy dada ao Conde Rodrigo de vilharandro (fl. 12) o qual deu carregos della a paayo rrodriguez daraujo e lhe deu mais huum castello que chamom asperello pera sseu filho E o dicto paay rrodriguez probicou as cartas dElRej a huum Ruj trancoso que them a dicta villa por fernam anes e nom curou das cartas nem lha quis entregar. Agora veeo hj a molher de fernam anes e nom na Reçebeo ssenom com dous creligos e pera traugar com o dicto escudeiro veeo a tuy Rodrigo de moscoso e trouxe bij scudeiros e xiiij homeens de pee E tornousse ssem fazendo cousa agora ha molher de fernam anes estando em tuy mandou çento e tantos homeens de pee pera escallarem o dicto logar. E o Ruj trancoso com outros scudeiros que com el stavom vellarom bem o logar e nom pode sser escallado. a outro dia pella menhaã os dictos homeens de pee combaterom o logar E a molher de fernam anes se veeo hj

de tuy com b ou bj de cavallo. E mandou que nom combatessem e disse ao dicto Ruy trancoso que bem sabia como tjnha menaJem ffecto por o dicto logar a fernam anes e por consseguinte a sseu filho que lhe Requeria que lhe entregasse o dicto logar. E rrespondeo que o nom ffaria por quanto tjnha a menagem ffecta por elle a ElRej ¹¹ <pois que> ffernam anes fora morto. E entom sse partio ella com todallas Jentes. Afirnarom magora (sic) que o Ruy trancoso ficara de dar o logar ao dicto Conde Rodrigo veendo carta dElRej pera ello comtanto que ell tevesse o logar por o dicto Conde como o tjnha por fernam anes e lhe fosse dada aquella teença que elle avja da casa de ssouto mayor e he Recado ao Conde ssobre Jsto. E dizem que a molher de fernam anes o quer tomar per esta guisa da mão do Conde. E assy Senhor o que vos scripvia as novas que sse juntarom gentees em galliza majs entendo que scripvia per o seu Jnteresse que por dizer verdade por que outras jentes nom forom la juntas salvo as que dicto he. E quanto haa discordia do Ifante e fidalgos (fl. 12 v^o) nom no ouvj salvo que o almirante sse partia agora de burgos honde estava a concordar ¹² <dous> fidalgos que eram em grande debate ssobre montados. E o Conde de stunega era no dicto logar de burgos de stada

Item Pedro alvarez desoiro senhor de cabreira tomou ora Villa franca ao arcebispo de santiago que foy do duque dizendo que ssua molher era herdeira em ella e Rende bem o dicto logar çento e ¹³ <Lxx> mil maravjdis de castella

Item ¹⁴ per morte do duque ficou humm seu filho bastardo pequeno em poder de Joham quixada e depois de goterre quixada sseu filho e lhe forom ora dadas iij ou b pobras em galliza do <condado> per que podera manteer dizem xb ou xx de cavallo. E vjndo pera casa do bispo de mondonhedo sseu ¹⁵ primo foj ¹⁶ <Retheudo> em terra do dicto pedro alvarez per b dias. Entom mandou por ell o dicto pedro alvarez que he casado com huma Jrmaã do duque E dizem que lhe deu L marcos de prata em baixella e humm cavallo e

¹¹ Segue-se, riscado, "como".

¹² Segue-se, riscado, "com" e outra palavra ilegível.

¹³ Segue-se, sublinhada, "çinqenta".

¹⁴ Segue-se, riscado, "o duq".

¹⁵ Segue-se, riscado, "filho".

¹⁶ Segue-se, riscado, "preso".

huma mulla E outras cousas e leixou hjr ¹⁷ presumem que toda a terra de condado o receba por Senhor pero o que em elle (...?)

Item o Conde de benavente he em Rivenga Xij legoas de burgos E ffoj doente de febre e dizem que ja sse ssentja melhor

Item quanto he ao da Rainha que vos enviaram dizer que estava gastada Assy o ouvj pero disserom me que desto pedido que ora lancaram lhe averiam de dar pera sseu Refazimento. E em quanto asy esta ¹⁸ era tempo convinavel de trautar com ella

Item no dicto scripto era mays contheudo que alguuns cavaleiros asy como era o marichal alvaro pirez e Joham de gouvea eram por parte da Rainha e sse carteavom com ella E que os da dicta Senhora sse andavom gavando que ela tjnha (..?) bij ou biiij fortallezas a sseu mandar (fl. 13) Eu Senhor averia os da dicta Senhora por muj sandeus sse sse de tal cousa andassem gavando <seendo> ¹⁹ verdade mas certo que isto vos scripvem por nom teerem que vos scripver E poor sse mostrarem muyto vossos servidores ssegundo em çima dicto hej e seria muy boo saberdes desto a verdade ssegundo em çima dicto hej. E quanto he ao dalvaro pirez elle nem ssuas fortallezas nom seriam ssenom a serviço dElRey E ao quall <ssegundo lhe> [por] mjm for mandado

Item me enviastes majs dizer que o marichal envyava hua carta aos embaixadores que ora veeram ²⁰ de castella a quall foy achada e que sse contijnha em ella que elles veessem sseu passo e passo E sse detevessem vijndo de guisa que elle podesse seer primeiro em casa do Senhor Ifante dom henrique e tanto que ell ssoubera que o salvo conduto lhes era dado que o dicto marichal me scipvera que scripvesse ao dicto Senhor Ifante dom henrique sobre elles E que a minha rreposta avera dhir a ell e por esto lhe prazeria da deteença ssua por meu consselho e o sseu concordarem ambos Ca dom pedro nom avja de achar Reposta em <vos>²¹ salvo a que

¹⁷ Daqui, até ao final da frase, escrita com outra letra.

¹⁸ Seguem-se duas palavras riscadas.

¹⁹ Seguem-se, riscadas, "sse" "fosse".

²⁰ Segue-se palavra riscada.

²¹ Segue-se, riscado, "mjm".

de ca fosse e que lhe Rogava que lhe enviasse logo Reposta pero que lhe prazeria mujto fallar com ell sse logar e tempo podesse aver

Senhor eu nom entendo que scriptos ou que cartas estas ouvessem de sseer ssom bem çerto que o dicto marichal me nom scripveo salvo esta carta que vos aquy dentro envjo per a qual bem poderees veer muyto contrairo do que me dizer envjaastes. E sse bem o eiseminardes o que com elles falou era mais vosso serviço que outra cousa E ajnda a guisa de homem avisar do que cobiçava serviço a ElRei e vosso E parece-me sse lhes alguma cousa (fl. 13 v^o) enviara dizer ou a mim algua cousa fezera mençom em esta que vos asy envio das dictas cousas ou cada huma dellas por que esta era a pestumeira E os embaixadores eram Ja partidos de cas[a] do Senhor Ifante dom henrique e dell E por tanto entendo que a dicta carta que assy foy achada era falssa e contratoõa E nom posso desto cuidar sse nom o que vos per muitas vezes disse e scrpvj e ajnda agora scripvo que o que vos t[aae]s cousas scripve ou emvja dizer nom o faz sse nom por sse congraçar comvosco e por sseu jnteresse e nom por aver vosso serviço. E por que me parece que em alguuns teendes duvjda sse alguum <destes dovudosos> vosso carrego ²² tem tiraaelho E ficara vossa voontade E assy ssera vossa voontade folgada.

²² Seguem-se, riscadas, palavras entrelinhadas.